



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
“Casa de Epitácio Pessoa”  
Comissão de Acompanhamento e Controle  
da Execução Orçamentária

ATA

---

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 1.632/2017 (PLOA/2018), DA LAVRA DO GOVERNADOR DO ESTADO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Às nove horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e dezessete, no Plenário “José Mariz”, foi realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão Permanente de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária para discutir o Projeto de Lei nº 1.632/2017 (PLOA/2018) da lavra do Governador do Estado, sob a presidência do deputado Edmilson Soares e com a presença dos deputados Frei Anastácio, Janduhy Carneiro e Nabor Wanderley. Ato contínuo, o presidente convidou o deputado Frei Anastácio para secretariar os trabalhos e promover a leitura do edital de convocação da audiência pública publicado no Diário do Poder Legislativo nº 7.449, no dia 25 de outubro de 2017. Em seguida, o senhor secretário leu a lista de convidados para esta sessão: Dr. Waldson Dias de Souza, secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão; presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Joás de Brito Pereira Filho; Procuradoria-Geral de Justiça do estado da Paraíba, Dr. Francisco Seráfico Ferraz Nóbrega Filho; Tribunal de Contas do estado da Paraíba, presidente conselheiro André Carlo Torres Pontes; Defensoria Pública do estado da Paraíba, Defensora Pública Geral Dra. Maria

Madalena Abrantes Silva; Ordem dos Advogados da Paraíba, presidente Dr. Paulo Antônio Maia e Silva; Universidade Estadual da Paraíba, reitor Antônio Guedes Rangel Júnior. Após, promoveu a leitura das entidades da sociedade civil organizada convidadas: Aleixo da Silva Júnior, presidente da Associação Docente da UEPB; Marcelo Santos Pereira, presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB; Paulo Marcelo de Lima, Central Única dos Trabalhadores; Wanda Celi Cavalcante, Sindsaúde; José Marcondes Medeiros de Souza, presidente da Federação de Comércio do Estado da Paraíba; Dr. Francisco Assis Benevides Gadelha, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; Glauco Terceiro Neto Parentes Mira, Sindicato das Empresas de Hospedagem e da Alimentação de João Pessoa; José Carlos Belarmino do Souza, Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Paraíba; Bartolomeu José de Araújo Pontes, Associação dos Professores de Licenciatura Plena da Paraíba; Fernando Antônio Borges de Souza, Federação dos Trabalhadores em Serviço Público do Estado da Paraíba; Adriano Sérgio Freire Beira, Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba; Sônia Aguiar, Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo; Josean Calixto, Associação dos Servidores de Carreira da Assembleia Legislativa; Manoel Isidro dos Santos Neto, Sindicato dos Integrantes do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado da Paraíba; João Bosco Ferraz de Oliveira, Conselho Regional de Economia; Maria do Socorro Targino Praxedes, Fundação Maria Margarida Alves; Rafael Bernardino de Souza, Associação Comercial da Paraíba; José Inácio de Moraes Andrade, Associação de Plantadores de Cana da Paraíba; Heronildo de Vasconcelos Maia, Câmara dos Dirigentes Lojistas; José Artur Melo de Almeida, Câmara dos Dirigentes Lojistas – CBL; Mário Antônio Pereira Borba, Federação da Agricultura e Piscicultura do Estado da Paraíba; Liberalino Ferreira de Lucena, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba; Jucelio de Araújo de Figueiredo, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; João Barbosa de Lucena, Sindicato das Indústrias da Construção Civil de João Pessoa; Rubens Tadeu de Araújo Nóbrega, Sindicato dos Engenheiros do Estado da Paraíba; Antônio Erivaldo Henrique de Sousa, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado da Paraíba – SSPC/PB; José Ivonaldo Batista, Associação dos Técnicos, Auxiliares e Analistas do Poder Judiciário do Estado da Paraíba; João Ramalho Alves da Silva, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Paraíba; Benedito Venâncio de Fonseca Júnior, Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado da Paraíba; Altamir Pimenta de Alencar Filho, Associação dos Servidores de Secretaria do Tribunal de Justiça; Lúcio Flávio, Sindicato dos Administradores da Paraíba; José Ricardo Barros de

Oliveira, Associação Paraibana dos Defensores Públicos; Maria Aparecida Sarmiento Gadelha, Associação dos Magistrados do Estado da Paraíba; Francisco Bergson Gomes Formiga Barros, Associação da Paraibana do Ministério Público; Cleber da Silva Gomes, Associação dos Policiais Civis da Paraíba; Girlane de Alencar, presidente da Agência de Defesa da Agropecuária da Paraíba. Em seguida, promoveu a leitura das justificativas de ausência: desembargador Eduardo Sérgio de Almeida, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba); desembargadora Maria das Graças Moraes Guedes, presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Havendo número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos e convidou para compor a Mesa os senhores: Secretário Waldson de Souza; Juiz Marciel Henrique Manoel Isidro dos Santos Neto, representante do Sindifisco. Ato contínuo, convidou o secretário Waldson de Souza para fazer o uso da palavra. Na tribuna, o orador saudou os presentes e parabenizou a condução dos trabalhos pelo presidente Edmilson Soares, agradecendo a oportunidade de expor a proposta da LOA 2018. Esclareceu que ao final do mês de junho, houve a aprovação da LDO, onde se configurou as regras gerais para o orçamento de 2018. Salientou o empenho e esforço da equipe técnica para cumprir à risca as diretrizes orçamentária na presente proposta e comentou que a situação econômica e orçamentária do país é preocupante. Em seguida, apresentou a organização da lei em slides. Mostrou a evolução da LOA em 2016 e apontou a redução da proposta atual em 2,07% em relação ao ano de 2017. Apresentou o orçamento previsto para cada entidade do estado e a receita corrente líquida geral, a qual foi estimada em doze bilhões e oitocentos e vinte e nove milhões de reais. Esclareceu que, caso os convênios e transferências não sejam efetuados a receita real será de oito bilhões e meio de reais. Apresentou também a evolução das despesas estaduais e salientou o incremento de trezentos milhões de reais para a folha de pessoal. Observou que vários órgãos tiveram cortes em seu orçamento porque nunca tiveram execução financeira para valores superiores. Afirmou que a proposta atual busca aproximar o orçamento da realidade. Anunciou que, no geral, o orçamento para investimento será em torno de novecentos milhões de reais para contemplar programas anunciados pelo governador, como o “Mais Trabalho”, e para amortização da dívida. Explicou que a Paraíba está impedida de realizar empréstimos sem o aval da secretaria do Tesouro Nacional. Neste momento, o presidente convidou a Dra. Madalena Abrantes, representante da Defensoria Pública do Estado, para compor a Mesa. Ainda com a palavra, o secretário explicou que a projeção da receita do ano de 2018 foi 4.36% menor do que em 2017, pois em 2016 houve receita inesperada da repatriação. Anunciou que os números da arrecadação de ICMS cresceram, disse que se

estima a receita de um bilhão e seiscentos e quarenta e um para o FUNDEB, mas o Poder Executivo só pode usar um bilhão e cento e vinte no máximo. Citou o comprometimento dos impostos e transferências para saúde e educação. Mencionou que o Artigo 35 da LDO de 2018 é a regra do duodécimo. Detalhou o orçamento para os três Poderes na LOA 2018 e esclareceu que o orçamento geral dos Poderes e órgãos são constituídos dos duodécimos, precatórios e de arrecadação própria. Disse que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público tiveram o orçamento mantido e os precatórios ampliados e disse que o orçamento geral deles está menor, mas não por redução de duodécimos, pois estes órgãos têm arrecadação própria. Falou que a despesa com pessoal é a maior preocupação do Poder Executivo e do país, pois não se suporta a carga de pessoal com a carga da Lei de Execução Fiscal. Citou a projeção de comprometimento com pessoal. Relatou que a Paraíba está sendo penalizada com o bloqueio de empréstimos pelo descumprimento de outros Poderes quanto ao índice de pessoal. Comentou que essa questão será judicializada porque o Executivo respeita a harmonia entre os Poderes e não pode ser penalizado pelos demais. Apresentou ofício da STN que penaliza o estado por não atender ao número de pessoal contratado pelo Estado. Disse que se não houver enquadramento da despesa de pessoal, em 60 dias, a Paraíba perderá empréstimo para área rural, assim a população vai deixar de ter acesso ao programa Cooperar e programas de saneamento básico e de infraestrutura hídrica e rodoviária. O Presidente registrou a presença dos Deputados Renato Gadelha e Zé Paulo de Santa Rita, e concedeu a palavra ao Deputado Frei Anastácio, que após cumprimentar todos os presentes, disse que a proposta de orçamento geral do Estado para o ano de 2018 traz um cenário praticamente idêntico em relação ao orçamento do corrente ano. Destacou que a função dos parlamentares desta Casa Legislativa é a de acompanhar a evolução das execuções orçamentárias, priorizando as mudanças que entender necessárias para o ano posterior, tendo como parâmetro a busca pelo bem estar social e o equilíbrio orçamentário e fiscal do Estado. Informou que ao analisar as despesas, constatou um aumento significativo com a educação, com previsão de 428 milhões de reais, e a segurança pública terá um acréscimo de 41 milhões de reais. Informou ainda, que verificou a redução no orçamento da saúde, no valor de 115 milhões de reais para 2018, assistência social terá redução de 56 milhões de reais, saneamento será de 34 milhões, e habitação cerca de 20 milhões. Afirmou que o desafio do gestor público é administrar recursos escassos e limitados, em busca de atender diversas demandas em todas as áreas de atuação da gestão pública, e destacou que verifica o esforço do governo em aumentar as previsões orçamentárias de áreas importantes. Questionou quais meios o governo deve fazer uso, para

buscar o bem-estar social dos paraibanos. Falou que os recursos advindos da transparência de recursos do Sistema Único de Saúde para os cofres paraibanos, demonstram redução na previsão para 2018 de 30%, e questionou como o governo pretende fazer o enfrentamento dos problemas ligados a saúde, diante de um orçamento que já nasce insuficiente para atender as demandas dessa área. Destacou que a segurança pública terá um aumento em sua previsão de apenas 41 milhões de reais, e que a maioria dos estudiosos demonstram a ocorrência de aumentos substanciais nos índices de violência nas cidades e no campo, ao longo dos últimos oito anos, e questionou como o poder executivo pretende maximizar suas ações para pelo menos estacionar os níveis de violência na Paraíba. O Deputado Janduhy Carneiro cumprimentou todos, destacou que a MP 252/2016 congelou aumentos de salários para os servidores, e prevê que a cada seis meses teria uma avaliação quanto à arrecadação do Estado. Questionou qual a previsão para repor as perdas salariais dos servidores? Disse que ontem foi noticiado que o Ministério Público e Poder Judiciário terão redução em seu orçamento, e questionou o motivo da redução de repasse do duodécimo para o Poder Judiciário, considerando que a arrecadação tem aumentado. Afirmou que a Defensoria Pública esta sendo tratada como uma secretaria de governo, destacou que a real situação da polícia militar não contribui para a diminuição da criminalidade, e pediu realização de concurso urgente. O Deputado Raniery Paulino cumprimentou todos, destacou a necessidade de aumentar o efetivo da polícia militar, e que precisa que os Deputados defendam o orçamento para a UEPB. Disse que a cidade de Gurinhém elegeu como prioridade a segurança pública, e em contrapartida o Governo anunciou que será construído um presídio. Afirmou que não é contra, mais defendeu que o povo deveria ser consultado. Disse ainda, que a Casa reprovou um requerimento de sua autoria, que solicitava audiências para fazer discussões temáticas. Informou que ontem recebeu membros da UEPB, e que o princípio da paridade não está sendo cumprido em relação aos professores aposentados. Por fim, afirmou que a conta de água sofreu um aumento de 77%, e questionou se haverá aumento de impostos. O Presidente concedeu a palavra ao Secretário Waldson para responder aos questionamentos, que informou que a Educação deve ser priorizada, e terá aumento. Informou ainda, que foi feito o possível para possibilitar aumento de orçamento para a segurança, e que a Saúde perdeu mais de 60 milhões de repasses federais, e não há projeções de aumento para 2018. Disse que em relação a Assistência Social, não irá entrar em detalhe, e afirmou que o Governo retirou verbas. Relatou que para suprir as perdas de repasses, deverá ser adotada a regra utilizada pelo Governo Dilma, que é, quem produz irá receber. Comunicou que o Estado receberá uma emenda impositiva para suprir

parte do déficit da saúde. Em relação a habitação, disse que não há possibilidade de abrir mão dos empréstimos realizados pelo Banco do Brasil, e que o Estado não produz dinheiro, e sim, projeções. Destacou que o Governo congelou os salários por motivo de sobrevivência, para garantir o equilíbrio fiscal do Estado, e que há previsão para reposição salarial, no entanto, não tem receita. Afirmou que o orçamento dos poderes nunca foi reduzido, e que a LDO é quem estabelece as regras do orçamento. Informou que o Governo admitiu servidores em números maiores que os Governos anteriores, e que em 2010 o índice de pessoal ultrapassava os 56%. Falou que a projeção de recursos da saúde foi retirada em virtude das percas dos recursos federais, e que é repassado um valor superior para a UEPB, pelo fato da reitoria ter reajustado o índice de pessoal. Informou que o valor da venda da folha deverá aportar ainda neste exercício, e que o orçamento democrático é determinada com base nas reuniões com as regiões. Por fim, disse que praticamente ninguém concorda em ter um presídio em sua cidade, mais que a escolha é feita com base nos critérios de segurança, que os aumentos para servidores serão apresentados ao Governador em dezembro, e que não há previsão de aumentos de impostos. Dando continuidade, usou da palavra o Deputado Renato Gadelha, que, após cumprimento de praxe, falou da dificuldade de se fazer a peça orçamentária em tempos de crise econômica, mostrou-se confiante com a mudança do cenário dos recursos para os próximos anos em virtude do crescimento econômico brasileiro, destacou o aumento de arrecadação do estado da PB e frisou que o Estado foi o ente que mais aumentou os impostos em setores produtivos e da população. Depois ele indagou ao Secretário o significado da expressão “outras despesas” constante na peça orçamentária, falou da necessidade de colocar o Estado em destaque nacional nos setores da agricultura irrigada e da energia eólica, chamou atenção para o aumento de despesas de outros órgãos e entidades, a exemplo da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça e lamentou o número de vetos aos projetos de lei aprovados pela ALPB. Em seguida, com a palavra o Senhor Marcial Henrique, Juiz de direito, representando o Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, que expôs algumas preocupações e questionamentos do Tribunal, mostrou-se preocupado com o congelamento do orçamento da LDO referente ao Tribunal e lembrou o valor do orçamento aprovado pelos Desembargadores. O orador ressaltou ainda que tal aprovação levou-se em consideração os crescimentos ordinários do Tribunal já previstos e que não houve previsão de aumento ou benefício para os servidores. Por fim, lamentou o cenário imposto pelo Executivo Estadual. Prosseguindo os trabalhos, o Presidente concedeu a palavra à Senhora Madalena Abrantes, que relatou a relevância da Defensoria Pública, falou da necessidade de recursos suficientes

para o órgão, frisou a conjuntura atual da instituição, ressaltou os instrumentos desta capazes de garantir os direitos dos necessitados e lembrou a importância da assistência da Defensoria Pública. Ela salientou também que orçamento mínimo para contemplar as necessidades do órgão seria o valor de 95 milhões e não os atuais 75 milhões e lamentou que este valor se refere ao mesmo da peça orçamentária do ano de 2014. Depois ela concluiu a fala afirmando que a proposta atual do orçamento para Defensoria Pública não asseguraria a ampliação da expansão dos serviços da Defensoria e a implantação de núcleos jurídicos especializados, entre outros. Falou ainda da insuficiência de Defensores Públicos no Estado e lembrou que estes não recebem reajustes há mais de quatro anos. Por fim, clamou o apoio dos Deputados. Logo após, o Secretário usou da palavra para esclarecer cada ponto questionado pelo deputado Renato Gadelha, pelo Senhor Marcial Henrique e a Senhora Madalena. Com a palavra, o Presidente Edmilson Soares estipulou um tempo de três minutos aos próximos oradores, devido à grande demanda de inscritos, para logo após o secretário Waldson de Souza possa responder aos questionamentos. Com a palavra, Manoel Izidro dos Santos Neto, relatou que os números da receita foram divulgados recentemente e que não compreende o fato de setores do governo ficarem insatisfeitos com tais dados e protestarem quanto à manipulação dos mesmos, sem que haja uma explanação de onde está este erro. Proferiu que tais dados são públicos e se caso haja alguma manipulação, esta se encontra nos dados do governo. Relatou que de Janeiro a Setembro deste ano, a arrecadação própria somado às transferências, houve um superávit de mais de 520 milhões na receita, em que nas receitas próprias contabilizou um incremento de 7.13% e e nas transferências, 8.46%, totalizando 7.70% no total. Declarou que a inflação neste mesmo período é de 1.78% e nos últimos doze meses, 2.54%. Constatou que portanto, tal incremento na receita é considerável. Em seguida, realizou um comparativo entre as receitas dos anos anteriores, e reafirmou que há receita suficiente, em que apesar da crise, a mesma não se expressa em tais números. Relatou que em 2011 o governo realizou cortes devido ao desequilíbrio na economia, mas contestou o fato de não haver nenhum reajuste desde esse período, mesmo havendo tal incremento na receita. Proferiu que o servidor está insatisfeito com a questão do não reajuste salarial. Declarou ainda, que a secretaria da receita é tida como vilã para o governo, pois todas as suas unidades fiscais estão sucateadas, oferecendo até mesmo risco de vida aos servidores que ali trabalham. Relatou que o orçamento da secretaria da receita é inferior ao ano de 2016. Em seguida questionou o governo sobre esta forma de tratamento, além da falta de reajuste, diante de uma secretaria que só vem a trazer resultados positivos para o estado. Relatou que a renúncia fiscal é de 1

bilhão e 558 milhões para o próximo ano, cerca de aproximadamente 20%. Questionou o fato do governo abrir mão deste valor diante da crise financeira, e que os benefícios precisam ser revistos. Na sequência, o presidente suspendeu a audiência por três minutos para a concessão de uma entrevista. Em seguida, o professor Nelson Júnior da UEPB tomou posse da palavra. O orador protestou pelos deputados federais da Paraíba que foram a favor de Temer na votação no senado. Referiu-se à receita ordinária da UEPB, declarando que este tema é uma discussão conceitual, em que a secretaria tem uma leitura de uma receita ordinária líquida, enquanto a lei da autonomia denomina receita ordinária. Proferiu que já houve um debate sobre essa questão e que hoje essa questão já chegou na justiça a fim de gerar um entendimento das partes. Em seguida, relatou que a Lei 10.660 determina que deve haver uma reunião de representantes da Casa, do fórum dos servidores e do governo a cada 6 meses para discutir a situação financeira do Estado e as possibilidades de reposição salarial para servidores públicos, mas que até o presente momento esta lei não tem sido cumprida. Questionou o secretário Waldson de Souza quanto ao compromisso do governo para a realização destas reuniões a cada seis meses., pois o importante é a comissão buscar o entendimento da situação financeira. Proferiu ainda, que houve um acordo recente após a greve da UEPB, após algumas reuniões do Estado com a UEPB, em que houve alguns acordos sobre as progressões, mas que alguns servidores do plano de carreira não foram contemplados na pauta das progressões funcionais. Relatou que este debate deve ser discutido com o governo, quanto aos servidores aposentados da UEPB no que diz respeito à reposição salarial. Declarou que a LOA não apresenta possibilidade de reposição salarial para os servidores do Estado no ano de 2018. Proferiu que desta forma, Ricardo Coutinho terá todo o seu mandato de 4 anos com nenhum reajuste salarial. Ato contínuo, o professor relatou que na próxima segunda-feira, às 17h na UEPB, haverá uma reunião do fórum dos servidores para discutir e votar sobre a reposição salarial em 2018. Na sequência, o senhor Juiz Gilberto de Medeiros Rodrigues, representando a Associação dos Magistrados da Paraíba, tomou posse da tribuna. O orador relatou que as leis orçamentárias possui uma hierarquia, começando pelo PPA, depois vem a LDO e por último, a LOA. Declarou que o PPA fixa diretrizes gerais e o objetivo a ser almejado. Em seguida, proferiu que a Casa aprovou um PPA para o judiciário, prevendo a maior eficiência na prestação jurisdicional e consequentemente equipando o judiciário em relação a custeio e investimento. Proferiu que, desta forma, a LOA deve observar a própria legislação aprovada por esta Casa. Declarou que a LDO tem o objetivo de destrinchar melhor as metas a serem cumpridas, fazendo uma orientação à LOA. Proferiu que em relação à LOA, é



muito discutido do engessamento do orçamento do TJ de 2016 a 2018. Declarou que é incubido a esta Casa a realização do controle de constitucionalidade antecipado, e que há um dispositivo na LDO que orienta a LOA, o qual dita que nenhum poder ou órgão autônomo terá para o exercício de 2018, o orçamento inferior ao do ano anterior, o que não ocorre na prática. Relatou que a pretensão é manter o valor real do orçamento. Proferiu que é sabido que em 2016 e 2017 houve inflação e que há uma previsão para 2018, e questionou onde está a independência do poder judiciário, se há o congelamento de seus valores. Em seguida, declarou que cabe a esta Casa assegurar, no mínimo, a reposição da inflação. Referiu-se à PEC do teto dos gastos, em que para que haja um superávit primário, o governo federal congelou as despesas dos poderes, mas que houve uma preocupação para evitar a violação da independência financeira dos tribunais e órgãos autônomos, de garantir no mínimo o IPCA. Declarou que a proposta do judiciário federal para 2018 prevê 7.2% e a inflação de mais de 10%. Em seguida, proferiu que não houve queda na receita desde 2016. Declarou que a do PIB é aumentar para este ano, e que consequentemente a arrecadação do ICMS será maior. Proferiu que de um lado há os poderes com seus orçamentos congelados, aumento da arrecadação, e por outro lado a inflação. Declarou portanto, que a Associação dos Magistrados da Paraíba, em nome da independência dos poderes, requisita a averiguação desta situação. Explanou que não há condições de haver a redução do duodécimo com o aumento da arrecadação. Finalizou proferindo que todos os órgãos almejam é a participação justa na arrecadação do Estado. Em seguida, o secretário Waldson de Souza tomou posse da palavra para responder aos questionamentos feitos. O orador iniciou sua fala em resposta aos questionamentos do Doutor Gilberto de Medeiros. Relatou que não houve redução de duodécimo em nenhum ano, apenas a regra para elaboração de orçamento está posta. Referiu-se à elaboração e a intenção de aumento do gasto, em que mesmo havendo uma previsão de aumento de receita, esta não será destinada apenas para pessoal ou para despesas com cobertura de gastos para pessoal, conforme previsto na lei do executivo. Em seguida, relatou que houve o debate em relação à situação judiciário, conforme deveria ser feito. Proferiu que a defesa da manutenção da LDO foi a favor do equilíbrio fiscal do Estado, sendo benéfica à população. Declarou que o Estado não há condições de suprir os pleitos apresentados pelos conselhos poderes na situação atual, pois não cabe dentro da projeção orçamentária e da receita. Relatou que a lei do teto dos gastos foi aprovada pelo Governo Federal, mas que o mesmo está pedindo revisão por não estar conseguindo cumprir. Proferiu não há como projetar algo se o Estado não suporta tal planejamento. Na sequência, o secretário se referiu ao PPA de 2016 a

2018, em que o mesmo contemplou a ampliação desta despesa, mas não há receita para cumprir esta despesa, em que a LDO veio para corrigir este limite. Declarou que não há condições para investir no pessoal, e que portanto, a capacidade de investimento diminuiu. Relatou que apesar da receita ter aumentado, vai perder parte dela, porque a receita só pode repetir no máximo o que foi em Outubro e Novembro de 2016 sem repatriação. Proferiu ainda, que o cálculo de FPE é uma redução de 4.88% e o pequeno crescimento de ICMS de 5%, resultando na anulação de uma receita pela outra. Declarou portanto, que terminará o exercício fiscal de 2017 com uma receita praticamente empatada. Ato contínuo, em relação ao professor Néelson Júnior, o orador proferiu que o compromisso do Estado em realizar tais reuniões não é apenas a cada 6 meses, mas sempre quando for necessário. Proferiu que a comissão que deve ser estabelecida deve estar intrínseca à comissão técnica, junto com a secretaria de Educação e Planejamento, a fim de que seja discutida todas as pautas. Proferiu que houve previsão para aumento, inclusive na educação, e que tais dados estão projetados na LOA, mas que só se pode afirmar se há condições em Dezembro, pois devem ser analisadas diversas categorias. Relatou ainda, que o intuito é viabilizar a forma de dar mais condição ao servidor. Em seguida, referiu-se à fala de Manoel Isídio dos Santos Neto. Declarou sobre a consideração do Sindifisco na capacidade de fazer incremento. Proferiu que mesmo se houvesse receita suficiente, esta não poderia ser aplicada completamente em pessoal. Pronunciou que a categoria mencionada pelo Doutor Manoel Isídio dos Santos Neto é uma das mais beneficiadas do estado. Relatou que a situação do fisco e dos auditores fiscais foram contempladas, e que portanto, deve ser reconhecido. Declarou que a questão da quantidade necessária de incremento deve ser dividida entre as categorias do estado. Relatou que toda medida tomada pelo estado desde 2011 foi para aumentar despesas importante em áreas sociais, e que quando se aumenta despesa, deve haver planejamento para arcar se ter receita. Proferiu que ao se falar de receita, deve ser analisado todos os incrementos realizados pelo Estado, a fim de corresponder a maioria do estado e não apenas uma categoria. Relatou que a secretaria da receita é considerada muito importante e é tratada desta forma, e que o embate é entre o Sindifisco e Governo. Na sequência, o senhor Juiz Gilberto de Medeiros se referiu à PEC do teto dos gastos, em que a MB questiona o que deveria ser em tese pela arrecadação. Proferiu que em relação ao aumento da receita, este foi em vários cenários: a receita corrente líquida, a FPE e a receita ordinária, desde 2016. Declarou que fica em aberto para se fazer um levantamento com técnicos para analisar o que está se arrecadando e qual a despesa. Relatou ainda, que no tocante à independência do judiciário, não se refere à despesa com o pessoal,

mas sim em investimento de custeio. Em seguida, o secretário Waldson de Souza relatou que a Lei do teto de gasto é pra conter despesa e que não se aplica à elaboração do orçamento. Relatou ainda, que a previsão está estabelecida na LDO. Na sequência, o professor Marcelo Sitcovsky, presidente da ADUFPB, tomou posse da palavra. O orador proferiu que o foco da discussão é se os serviços públicos oferecidos pelo Estado possam atender às necessidades da população. Declarou que o argumento utilizado é o da crise financeira, a qual obriga uma política de contenção de despesas por parte do estado. Em seguida, pronunciou que todos os mecanismos que estão sendo acionados pelo estado brasileiro como tentativa de sair da crise, estão sendo inúteis. Proferiu que o corte de gastos do estado brasileiro aprofunda a crise, e que portanto, é de extrema importância que o estado adote políticas que induzam o desenvolvimento econômico para a retomada do crescimento. Declarou ainda, que neste aspecto, a análise da peça orçamentária induz a elaboração de duas questões: o aumento da reserva de contingência e as despesas com comunicações, e que portanto, este aumento precisa ser revisto por não parecer atender às necessidades do povo paraibano. Declarou que a Casa deve discutir e extrair dessas despesas apresentadas, a fim de que esta verba seja revertida para áreas como trabalho, assistência e saúde e retome assim, a ampliação da atividade econômica, que por tabela, a retomada também de receita para o estado da Paraíba. Relatou ainda, que esta Casa precisa firmar um compromisso, em cobrar da bancada paraibana federal, a reversão dos cortes que estão na lei orçamentária do Governo Federal, a fim de compensar os cortes na saúde, educação, assistência, entre outros. Finalizou sua oratória proferindo que no interior da peça orçamentária há um fato ignorado, porém importante, que é o fato de em algumas áreas, as atividades meio superam os investimentos das atividades fim. Declarou que é preciso que as secretarias devem considerar que o fundamental são os investimentos para as atividades fim. Em seguida, o presidente homenageou todos os ex-deputados presentes na audiência. Com a palavra, o ex-deputado Bui Fernandes relatou o fato do poder público não poder gastar menos de 25% em Educação, mas pode gastar mais. Proferiu ainda que o estado não pode gastar mais de 60% com o pessoal, mas que pode ser menos. Prosseguindo afirmou que o Estado consignou, no Orçamento deste ano, para o TCE e para o Ministério Público valores percentuais acima do determinado em Lei, enquanto que a Assembleia Legislativa e para o Poder Judiciário receberam dentro do limite estipulado. Declarou que o Tribunal de Contas é o que amedronta o governo. Disse que o governo aumenta os orçamentos para aqueles órgãos aos quais teme. Destacou que no que se refere à segurança pública, há um déficit considerável no número de policiais. O próximo orador a usar a

tribuna foi o professor Josivaldo Cunha da Universidade Federal de Campina Grande, representando a Secretaria Regional Nordeste II, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior, Sindicato nacional que esteve na Secretaria de Planejamento ao lado da UEPB, SINTESP. Inicialmente indagou qual a importância da Assembleia Legislativa na definição do Orçamento estadual e no acompanhamento da execução financeira do Estado. Prosseguindo, comentou que essa Casa Legislativa ao longo do tempo perdeu um pouco do seu prestígio e de sua importância no cumprimento e na elaboração de importantes políticas públicas para o Estado. Argumentou que se faz necessário captar mais as reais necessidades do povo e na qualidade de opositor, melhorar a transparência dos dados públicos. Fez referência a PEC, conhecida como Emenda Constitucional 95, contestando a seu conteúdo. Reportou-se em seguida sobre a negociação do Estado com a UEPB e a dificuldade por parte do governo de informações sobre receitas fiscais e financeiras. Finalizou discorrendo sobre a possibilidade de trazer para essa Casa uma discussão com a finalidade de apresentar soluções para a grave crise que afeta os servidores da UEPB. Ocupou a tribuna o professor Antônio Pereira, representando a AFRAFEP (Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba) e a FEBRAFIT (Federação Nacional das Associações dos Auditores de Fiscais Estaduais). Em sua fala, o orador discorreu sobre a dívida ativa do Estado da Paraíba, algo em torno de cinco bilhões de reais. Bem com, de renúncia fiscal no valor de um bilhão e quinhentos milhões de reais, aproximadamente, disse o orador. Continuando, destacou que essa inserção sem um caráter mais adequado tem trazido sérios problemas ao país e aos estados devido a falta de cobrança dessa carga tributária tão elevada que deixa de chegar à população. Prosseguindo, fez um apelo pela recuperação da máquina administrativa fiscal do Estado da Paraíba e concluiu seu discurso. Em seguida a presidência concedeu a palavra ao Secretário Waldson de Sousa para as devidas respostas. Iniciando pelo professor Marcelo, acostou-se ao sentimento emitido por ele. Acrescentou que a reserva de contingência é previsão legal. Ela naturalmente foi maior e geralmente serve para cobrir as despesas com as Emendas parlamentares. De acordo com o Secretário, precisa de uma reformulação legislativa já que a regra não é justa nem no âmbito nacional, nem no âmbito estadual. Teceu explicações acerca dos ajustes efetuados na peça orçamentária 2.018 objetivando aproximar o máximo da disponibilidade financeira de alguns órgãos, com exceção de saúde, educação e segurança. Reportando-se ao discurso do ex-deputado Biu Fernandes, o Secretário Waldson garantiu que a peça orçamentária de 2.018 é igual a de 2,017 por uma regra técnica estabelecida pela LDO. Cada Poder tem o direito de ir à Justiça e de reivindicar e cabe ao

Executivo fazer sua defesa, disse o Secretário. Em resposta ao professor Josivaldo, o Secretário assegurou que a elaboração da Peça orçamentária. No entanto, não se pode incluir tudo por falta de condições técnicas de execução, esclareceu o Secretário. Reportou-se, em seguida, a um adendo de limitações de teto, de cortes e a obrigatoriedade com o Tesouro Nacional para não perder a relação com essa Secretaria. Finalizou tecendo explicações sobre as regras estipuladas pela União para os estados e municípios. (Ocupou a presidência o deputado Frei Anastácio). Em resposta ao professor Antônio sobre a renúncia fiscal e da recuperação das receitas, o Secretário ponderou sobre o que é benéfico para o Estado. Segundo o Secretário, qualquer mudança necessita estudos e avaliação. Citou como exemplo o caso da AMBEV que saiu do Estado da Paraíba por exigir uma contribuição maior do que a concedida, produzindo uma perda de impostos na ordem de quinze milhões, esclareceu o Secretário. O próximo orador a usar a tribuna foi o senhor Benedito Venâncio que cobrou uma reavaliação no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado para que o mesmo seja reparado. Segundo o orador, muitas rubricas e contas foram desniveladas. Pediu atenção da Relatoria para a colocação de uma regra para a reavaliação do Orçamento dos Poderes. Em seguida, indagou ao Secretário Waldson se há intenção governamental de manter a prática que está sendo aplicada ao duodécimo do Tribunal de Justiça e se vai acontecer a desinstalação das Comarcas em vários municípios paraibanos. Ato contínuo, finalizou a sua fala. O próximo orador a usar a tribuna foi o senhor Victor Hugo, membro do SINDIFISCO, que inicialmente questionou a falta de espaço do servidor público na Peça orçamentária. Cobrou aumento investimentos para as categorias e transparência por parte do governo estadual. Indagou a respeito dos codificados e como foram efetuadas essas contratações. Em seguida, concluiu seu pronunciamento. Com a palavra, o senhor Altemir Alencar Pimentel Filho, Presidente da Associação dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça, discorreu sobre sua preocupação com relação ao Orçamento 2.018. Teceu comentários acerca do aumento dos postos no Tribunal de Justiça e as consequências acarretadas impostas pelo governo. Finalizou solicitando o repasse integral do duodécimo. (Retomou a presidência o deputado Edmilson Soares). Com a palavra, o Secretário Waldson de Sousa respondeu inicialmente ao senhor Benedito Venâncio enfatizando que não há reavaliação de reparo em duodécimo de qualquer que seja o Poder. Esclareceu que duodécimo está sendo aportado um montante de quarenta e nove milhões e setecentos e quarenta e cinco mil reais para o TJ e a cada mês tem um aporte que vai representar dez milhões até o fim do ano. Respondeu em seguida ao senhor Altamir, ressaltando que não há condições para que o Orçamento seja executado na sua totalidade.

Informou ainda que se há demanda judicial é porque não há dinheiro disponível, disse o Secretário. Respondendo ao senhor Victor Hugo, o Secretário enalteceu o legado do governo na pavimentação e dois mil e quatrocentos quilômetros de estradas e em grau de investimento, o governo da Paraíba é o quarto estado do país exatamente pela política adotada. Com relação aos codificados, informou que é só abrir o SAGRES que contém todas as informações. Prosseguindo, solicitou ao SINDIFISCO que corrigisse determinadas conduções que se tornam danosas para a categoria. Finalizando suas explicações, o Secretário Waldson Dias agradeceu e concluiu a discussão. O último orador a usar a palavra foi o deputado João Gonçalves, relator do orçamento que destacou a importância da descentralização. Disse que como relator da matéria, restringiu-se apenas em ouvir todas as categorias que se fizeram presentes a essa audiência Pública. Comentou a situação difícil do País na grave crise financeira que enfrenta e cobrou participação da classe política e mais comprometimento. Finalizou, assegurando que será de muita isenção e lisura na apresentação da peça orçamentária, dentro do que está contextualizado no cronograma. Pela ordem, o deputado Frei Anastácio parabenizou as entidades e categorias que aqui colocaram duas demandas. Destacou a importância dessa Audiência Pública no debate do contraditório. Parabenizou o Secretário Waldson Dias de Sousa pela postura e coerência nas discussões e concluir o seu discurso. O presidente em exercício, deputado Edmilson Soares agradeceu a participação dos senhores parlamentares presentes e demais autoridades e categorias, bem como do secretário Waldson Dias de Sousa. Em seguida, o presidente em exercício, deputado Edmilson Soares encerrou a presente reunião de audiência pública. Plenário José Mariz, João Pessoa, 26 de outubro de 2017.

Deputado Edmilson Soares  
Presidente